



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

### **REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (CÓDIGO CIVIL)**

**Art. 1º** Este Regulamento disciplina os trabalhos da Comissão de Juristas responsável por apresentar anteprojeto de proposição legislativa para revisão e atualização da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), instituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 11/2023 em 24 de agosto de 2023.

#### **I - REUNIÕES**

**Art. 2º** A Comissão de Juristas reunir-se-á, em caráter ordinário, uma vez por mês.

§ 1º As reuniões serão realizadas nas dependências do Senado Federal ou em outras localidades para Audiências Públicas.

§ 2º A Comissão poderá se reunir, conforme definido pelo Presidente, de modo presencial, remoto ou híbrido.

§ 3º Para a abertura dos trabalhos da Comissão, deverão estar presentes pelo menos um quinto de seus membros, dentre os quais, necessariamente, deverá constar o Presidente e os Relatores ou, em caráter excepcional, quem os substitua.

#### **II - PRESIDENTE**

**Art. 3º** Ao Presidente da Comissão compete:

I - designar o Vice-Presidente e o Relator Geral da Comissão, e os Relatores Parciais;



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

II - elaborar plano de trabalho, com a definição da metodologia, dos princípios norteadores e da divisão temática, a ser submetido à aprovação pela Comissão, ouvidos os membros;

III - dirigir as reuniões de trabalho;

IV - definir as pautas e confirmar as reuniões ordinárias agendadas nos termos do *caput* do art. 2º deste Regulamento, ou eventualmente remarcar-las em razão de motivos relevantes;

V - convocar reuniões extraordinárias de trabalho, por iniciativa própria ou a pedido da maioria dos membros da Comissão;

VI - organizar seminários, palestras, audiências públicas e outros eventos para a divulgação dos trabalhos, ouvidos os membros da Comissão;

VII - demandar da Secretaria administrativa da Comissão os atos e expedientes necessários ao bom andamento dos trabalhos;

VIII - delegar funções aos membros da Comissão e, se entender conveniente, designar secretário um ou alguns membros para auxiliar na elaboração e na organização dos trabalhos;

IX - deliberar, nos casos omissos, as matérias que não dependam da aprovação da Comissão.

X - desempatar as votações;

XI - designar, dentre os componentes da Comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;

XII - distribuir matérias às subcomissões; e

XIII - exercer outras atribuições inerentes à natureza da função.

§ 1º. A Comissão divulgará endereço eletrônico e outras formas de contato para o recebimento de sugestões do público externo.



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

§ 2º Recebidas as sugestões, estas serão disponibilizadas no sítio eletrônico do Senado Federal, para conhecimento dos membros e do público em geral.

§ 3º. A Comissão será assessorada, nos assuntos administrativos, pela Coordenação das Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito e, na técnica legislativa, pela Consultoria Legislativa do Senado Federal.

§ 4º O Presidente da Comissão poderá, em ato próprio, nomear Membros-Consultores, que serão ouvidos, sem direito a voto.

### III - RELATORES

**Art. 4º** Aos Relatores compete:

I – receber as sugestões encaminhadas à Comissão pelo público externo, distribuindo-as, se conveniente, aos membros da Comissão conforme área de atuação temática;

II – sistematizar o conjunto das contribuições oferecidas pelos membros da Comissão; e

III – consolidar as diferentes partes do trabalho da Comissão, de forma a garantir a uniformidade de conceitos, formas e estilos, bem como a coerência ao longo do texto elaborado.

### IV – SUBCOMISSÕES

**Art. 5º** Ficam criadas as seguintes subcomissões, com composição e pertinência temática a serem fixadas por ato do Presidente, ouvidos os Relatores e os demais membros:

I – Parte Geral;

II – Obrigações;



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

III – Contratos;

IV – Direito das coisas;

V- Direito de Família;

VI – Direito das Sucessões;

VII – Direito digital;

VIII – Direito de empresa; e

IX – Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa.

§ 1º Em cada Subcomissão haverá a nomeação de um Relator Parcial, que acumulará essa função com a de Presidente.

§ 2º As reuniões das Subcomissões ocorrerão preferencialmente de maneira remota, dispensada qualquer formalidade, inclusive a elaboração de atas ou de registros dos seus trabalhos.

§ 3º As Subcomissões destinam-se à elaboração de propostas a serem submetidas à apreciação da Comissão.

§ 4º As propostas resultantes da conclusão dos trabalhos nas Subcomissões devem ser disponibilizadas ao pleno da Comissão com o prazo mínimo de 48 horas antecedente às reuniões pautadas conforme o disposto no art. 2º.

§ 5º Qualquer membro do colegiado poderá participar das reuniões de Subcomissão, ainda que não a integre, com direito ao uso da palavra, mas sem voto, não se computando a sua presença para efeito de quórum.

§ 6º Competirá ao Presidente e Relator Parcial da Subcomissão desempenhar, no âmbito do respectivo órgão fracionário, as competências de que trata o art. 3º deste Regulamento.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

§7º Cada Presidente e Relator Parcial de Subcomissão encaminhará ao Presidente, antes da segunda reunião ordinária do colegiado, proposta de plano de trabalho, que será consolidada pelo Relator Geral e apreciada pelo Plenário.

**Art. 6º** Qualquer membro poderá apresentar propostas ao Presidente e Relator Parcial da Subcomissão.

**Art. 7º** O Presidente fixará prazo final para a conclusão dos trabalhos no âmbito das Subcomissões e apreciará eventuais pedidos fundamentados de dilação.

## V - DELIBERAÇÕES

**Art. 8º** As deliberações da Comissão serão públicas e tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, computadas as presenças na modalidade remota, tendo o Presidente, também, o voto de qualidade, se houver empate, observado que, na sessão deliberativa final, só se computarão presenças e votos presenciais.

§ 1º Os membros votarão favorável ou contrariamente à proposição que lhes for submetida, sendo que eventuais divergências poderão ser consignadas em ata, a pedido do membro interessado.

§ 2º É faculdade do membro abster-se de determinada votação, sendo a sua presença computada para efeito de quórum.

§ 3º A apresentação, a discussão e a deliberação das proposições seguirão os prazos fixados pelo Presidente e, tanto quanto for possível, o cronograma que constitui o Anexo I deste Regulamento.

§ 4º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se:

I – proposição - o texto de que trata o art. 10, *caput*, apresentado pela Subcomissão, o texto final de que trata o art. 10, § 2º, apresentado pelos Relatores Gerais, e as emendas.

II – emenda – proposição destinada a veicular novas proposições ou a alterar o texto apresentado pela Subcomissão (art. 10, *caput*) ou o texto final proposto pelos



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Relatores Gerais (art. 10, § 2º), cujo modelo se encontra descrito no Anexo II deste Regulamento.

III – requerimento de destaque - instrumento que permite a apreciação posterior e em separado de artigos, de parágrafos, de incisos, de alíneas, de itens ou de emendas, cujo modelo se encontra descrito no Anexo III deste Regulamento.

**Art. 9º** As votações serão realizadas preferencialmente pelo processo simbólico, registrando a Presidência os votos contrários

Parágrafo único. O Presidente poderá, de ofício ou mediante requerimento do Relator Geral ou de, ao menos, três membros do colegiado, determinar a votação nominal de dispositivo.

**Art. 10.** Os Relatores Parciais das Subcomissões apresentarão à Comissão o relatório, parcial ou integral, resultante de seus trabalhos.

§ 1º Em 5 (cinco) dias úteis, computados a partir da data de disponibilização do relatório parcial ou integral, qualquer membro poderá apresentar, relativamente a esse relatório, emendas, as quais:

I - serão registradas pela Secretaria e encaminhadas para conhecimento e apreciação do Relator Geral; e

II – deverão, com base na pertinência temática, indicar o número da proposta do anexo do relatório da Subcomissão pertinente, na forma do Anexo II deste Regulamento, sob pena de indeferimento.

§ 1º -A. No mesmo prazo, poderão ser apresentados requerimentos de destaque.

§ 1º -B. Para que se evitem duplicidades e com vistas à otimização das deliberações da Comissão, as emendas e os requerimentos de destaque serão apresentados por meio da Subcomissão relacionada à matéria a eles vinculada, cabendo ao respectivo Relator Parcial organizar as propostas recebidas, agrupar ou unificar as emendas e os requerimentos de destaque que apresentem similitude relevante. § 2º O Relator Geral proferirá parecer a respeito das emendas apresentadas, confeccionando texto final de



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

anteprojeto sobre o tema objeto de debate, a ser apreciado pelo Plenário da Comissão em reunião designada pelo Presidente. § 3º Após a apresentação do texto final, haverá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a apresentação de emendas e requerimentos de destaque, ambos nos mesmos moldes de que tratam o §1º, o § 1º -A e o § 1º -B deste artigo, observado que essas emendas e requerimentos de destaque serão sobre os artigos do texto final do anteprojeto.

§ 4º Independentemente de provocação pelos Relatores Gerais, após a apresentação do texto final, o Presidente declarará prejudicados aqueles requerimentos de destaque e as emendas vinculados ao texto apresentado pelas Subcomissões que não tenham sido contemplados pelo texto final apresentado pelos Relatores Gerais.

**Art. 11.** O texto final do anteprojeto será submetido, no âmbito da Comissão, a votação em globo ou por grupos de dispositivos, ressalvada a possibilidade de destaque para votação em separado de artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, mediante requerimento de qualquer de seus membros.

§ 1º As sugestões ao texto principal, quando versarem sobre o mesmo dispositivo ou grupo de dispositivos, poderão ser aglutinadas para deliberação, por iniciativa do Relator Geral.

§ 2º Os requerimentos de destaque serão apresentados por qualquer membro, por escrito, nos prazos e na forma fixada neste Regulamento, terão a sua admissibilidade apreciada antes da apreciação do relatório e, caso aprovada, o seu mérito será analisado somente após a deliberação do relatório com a ressalva dos destaques.

§ 3º O Presidente, orientado ao cumprimento do prazo fixado para os trabalhos da Comissão e à otimização das deliberações, poderá, a seu exclusivo critério, dispensar a deliberação da admissibilidade dos requerimentos de destaque, partindo-se diretamente à análise de seu mérito.

§ 4º Para a discussão das proposições, em data a ser fixada pelo Presidente, cada membro, em ordem alfabética, poderá fazer uso da palavra por até 10 (dez) minutos, sem prejuízo de envio, até o término das votações, de suas contribuições adicionais por





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

escrito, que serão registradas pela Secretaria e encaminhadas para conhecimento dos demais membros.

§ 5º Após a discussão, o Presidente determinará a votação, preferencialmente na seguinte ordem e em globo:

I – do texto final apresentado pelos Relatores Gerais, com as emendas aceitas no parecer e os respectivos requerimentos de destaque;

II – das emendas rejeitadas no parecer dos Relatores Gerais e os respectivos requerimentos de destaque; e

III – da consolidação do texto e das eventuais revisões na forma do art. 12 deste Regulamento.

§ 6º Independentemente do disposto no § 5º, o Presidente, orientado ao cumprimento do prazo fixado para os trabalhos da Comissão e à otimização das deliberações, poderá, a seu exclusivo critério, organizar as votações de modo distinto, inclusive por meio da divisão em blocos temáticos.

§ 7º Nas deliberações, em globo ou individuais, das emendas que foram rejeitadas no parecer dos Relatores Gerais, o Presidente, antes de proceder à votação, concederá a palavra por 5 (cinco) minutos, na seguinte ordem:

I – a um dos autores das emendas;

II – a dois membros inscritos favoráveis às emendas;

III – a dois membros inscritos contrários às emendas; e

IV – a um dos relatores gerais. **Art. 12.** Até o final de seus trabalhos, em caráter excepcional, a Comissão poderá deliberar novamente acerca de qualquer dispositivo, mediante decisão fundamentada do Presidente.

**Art. 13.** Aprovado pela Comissão, o relatório constituirá anteprojeto a ser encaminhado, ao término dos trabalhos, ao Presidente do Senado Federal.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 14.** Fica assegurada aos membros da Comissão plena liberdade de opinião sobre todos os temas referentes à elaboração de anteprojeto de lei para a revisão e atualização do Código Civil, independentemente da divisão interna do trabalho.

Parágrafo único. Enquanto os trabalhos não forem concluídos, podem os membros ressaltar que suas opiniões e manifestações realizadas fora do recinto da Comissão acerca dos seus trabalhos são de caráter pessoal.

**Art. 15.** Os membros da Comissão poderão ser designados, pelo Presidente ou por Presidente de Subcomissão, para serem responsáveis técnicos com a finalidade de desenvolver temas específicos do escopo de trabalho da Comissão ou do órgão fracionário a que se vinculem.

Parágrafo Único. Os membros da Comissão poderão se candidatar aos temas do escopo de trabalho, cabendo ao Presidente defini-los em caso de mais de três integrantes por tema.

**Art. 16.** Nos casos omissos, o Presidente deliberará, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Regimento Interno do Senado Federal.

**Art. 17.** Este regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pela Comissão.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 2023.

Presidente: **MINISTRO LUÍS FELIPE SALOMÃO**

**Relatores:**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

### ANEXO I – CRONOGRAMA

Instalação da comissão	04/09/2023
Recesso parlamentar	23/12/2023 a 01/02/2024
Prazo final da comissão	11/04/2024 (180 dias)
Prazo final p. relatórios das Subcomissões	15/12/2023
Prazo p. emendas via Subcomissões (5 dias úteis)	18/12/2023 a 22/12/2023
Data final para envio de texto final e parecer sobre emendas pelos Relatores Gerais	22/02/2024
Apresentação do texto final + parecer sobre emendas pelos Relatores Gerais; abertura da discussão;  Audiência Pública com Ministro da Suprema Corte da Argentina, Ricardo Lorenzetti.	26/02/2024
Prazo para encaminhamento de emendas e destaques ao texto final (10 dias úteis)	26/02/2024 a 08/03/2024
Discussão e considerações sobre os trabalhos da comissão antes da votação	01/04/2024.
Sessão deliberativa final ( <i>bloco 1</i> ):  Encerramento da discussão, deliberação do texto final com emendas aceitas e respectivos destaques	02/04/2024 a 05/04/2024
Sessão deliberativa final ( <i>bloco 2</i> ):  Deliberação das emendas rejeitadas e respectivos destaques	02/04/2024 a 05/04/2024



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Sessão deliberativa final (final):	05/04/2024
Consolidação do texto e eventual revisão (excepcional)	
Entrega do Anteprojeto ao Presidente do Senado Federal	11/04/2024



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

ANEXO II – MODELO DE EMENDA

EMENDA Nº , DE 2023 – CJCDCODCIVIL

Dê-se, [à proposta nº X do Anexo do Parecer nº 1 – SUBCOMISSÃO DE X, DA CJCDCODCIVIL ou ao art. X do Texto Final do Anteprojeto no Parecer nº 1 - RELATORIA GERAL], a seguinte redação:

*Art. [•]. [•]*

*[•]*

*Suprimam-se os dispositivos [•]*

JUSTIFICAÇÃO

*Inserir justificção direta e objetiva para a emenda proposta.*

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala de Comissões, em [•] de [•] de 2023.

NOME DO MEMBRO DA COMISSÃO DE JURISTAS





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

**ANEXO III – MODELO DE REQUERIMENTO DE DESTAQUE**

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº , DE 2023 - CJCODCIVIL

Requeiro, na forma do art. 10 do Regulamento, o destaque para a votação em separado do seguinte dispositivo, proposta ou emenda:

*- descrever o dispositivo da proposta do Anexo do Parecer da Subcomissão pertinente ou do Parecer dos Relatores Gerais a ser objeto de destaque; ou descrever a emenda ou a proposta a ser destacada. O requerimento de destaque não poderá abranger mais de uma proposta de Parecer de Subcomissão nem mais de uma emenda.*

*Exemplos:*

*- Art. [•] da Proposta nº X do Anexo do Parecer nº 1 – SUBCOMISSÃO DE X, DA CJCODCIVIL [•]*

*- Proposta nº X do Anexo do Parecer nº 1 – SUBCOMISSÃO DE X, DA CJCODCIVIL [•]*

*- Art. [•] do Texto Final do Anteprojeto no Parecer nº 1 – RELATORIA GERAL [•] Não é necessária justificção.*

Sala de Comissões, em [•] de [•] de 2023.

NOME DO MEMBRO DA COMISSÃO DE JURISTAS